

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.534.458 - SP (2019/0192376-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : BANCO JOHN DEERE S.A  
**ADVOGADO** : ALEXANDRE NELSON FERRAZ - PR030890  
**AGRAVADO** : JOSE NAZARENO DE MEDEIROS  
**ADVOGADO** : MARIO TARDELLI DA SILVA NETO E OUTRO(S) - SP291134

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pelo BANCO JOHN DEERE S.A. contra decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal. O apelo nobre insurge-se contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

*"EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - Medidas coercitivas/restritivas (art.139, V, NCPC) - Pretensão de bloqueio de cartões de crédito, suspensão da Carteira Nacional de Habilitação e de apreensão do Passaporte do Executado, ora o Agravado - Indeferimento - Insurgência - Desacolhimento - As medidas não se afiguram razoáveis e proporcionais e violam garantias constitucionais - Precedentes deste Egrégio Tribunal - 5 cv Decisão mantida - Recurso não provido." (fl. 188, e-STJ).*

No especial, a recorrente alega violação do art. 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015. Sustenta, em síntese, que devem ser deferidas as medidas coercitivas em favor do executado, especialmente a suspensão de habilitação, apreensão do passaporte e bloqueio de cartões.

Devidamente intimada a parte deixou transcorrer o prazo das contrarrazões (fl. 205). Inadmitido na origem, adveio o presente agravo.

É o relatório.

**DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Quanto à pretensão de adoção das medidas coercitivas requeridas pela ora recorrente, o Tribunal de origem consignou o seguinte:

*"(...)*

*Inquestionavelmente, no caso, não se divisa na proibição*

*de dirigir ou viajar para o exterior qualquer benefício ao processo, ao contrário, deixa à margem o patrimônio do devedor, razão principal à satisfação da obrigação, para atingir unicamente a pessoa do Executado, com violação do princípio superior da dignidade da pessoa humana e direitos sociais inerentes.*

*Ora, não se pode perder de vista que o nosso ordenamento jurídico tem como base estrutural a Carta Constitucional, a qual, em seu artigo 5º, XV, preconiza o direito de ir e vir.*

*O bloqueio de cartões de crédito também não se revela útil e razoável em vista do pretendido adimplemento da obrigação.*

*Em suma, a hipótese ocorrente revela-se que, no mínimo, a pretensão recursal não se afigura razoável ou mesmo proporcional ao fim colimado, daí porque era de rigor o indeferimento." (fl. 189, e-STJ).*

Assim, a reforma do aresto demanda inegável necessidade de reexame de matéria fático-probatória, providência inviável de ser adotada em recurso especial, haja vista o óbice da Súmula nº 7 desta Corte.

Nesse sentido:

**"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS DECORRENTES DE MORTE EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MEDIDA COERCITIVA ATÍPICA. ART. 139, IV, DO CPC/2015. SUSPENSÃO DA CNH. REVISÃO DA CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO EM RELAÇÃO AOS CRITÉRIOS QUE AUTORIZARAM O DEFERIMENTO DA MEDIDA. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STF. RECURSO DESPROVIDO.**

**1. Nos termos do art. 139, IV, do CPC/2015, incumbe ao juiz Ideterminar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.'**

**2. Para que o julgador se utilize de meios executivos atípicos, a decisão deve ser fundamentada e sujeita ao contraditório, demonstrando-se a excepcionalidade da medida adotada em razão da ineficácia das que foram deferidas anteriormente.**

**3. No caso, segundo assinalou o órgão julgador, após esgotados os meios típicos de satisfação da dívida, a fim de reforçar os atos tendentes ao cumprimento da obrigação reconhecida pelo título judicial, optou o magistrado por eleger medida indutiva e coercitiva que considerou adequada, necessária, razoável e proporcional. Esse entendimento foi encampado pelo Tribunal local, que ainda ressaltou o fato de que o executado possui alto padrão de vida, incompatível com a alegada ausência de patrimônio para arcar com o pagamento da indenização decorrente do acidente que provocou.**

**4. Para se ultrapassar a conclusão alcançada no tocante ao juízo de adequação, efetividade, razoabilidade e proporcionalidade da medida, a fim de acolher a tese recursal, seria necessário o reexame das circunstâncias fático-probatórias da causa, o que não se admite em âmbito de recurso especial, ante o óbice da Súmula nº 7 deste Tribunal, aplicável, também, em relação aos recursos interpostos com amparo na alínea c do**

**permissivo constitucional (AgInt no REsp nº 1.679.274/PE, Relatora a Ministra Regina Helena Costa, DJe de 5/12/2017).**

5. Agravo interno desprovido" (AgInt no REsp 1.785.726/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/8/2019, DJe 22/8/2019 - grifou-se).

**"RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CHEQUES. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS. ART. 139, IV, DO CPC/15. CABIMENTO. DELINEAMENTO DE DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS PARA SUA APLICAÇÃO.**

1. Ação distribuída em 1/4/2009. Recurso especial interposto em 21/9/2018. Autos conclusos à Relatora em 7/1/2019.

2. O propósito recursal é definir se a suspensão da carteira nacional de habilitação e a retenção do passaporte do devedor de obrigação de pagar quantia são medidas viáveis de serem adotadas pelo juiz condutor do processo executivo.

3. A interposição de recurso especial não é cabível com base em suposta violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

4. O Código de Processo Civil de 2015, a fim de garantir maior celeridade e efetividade ao processo, positivou regra segundo a qual incumbe ao juiz determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária (art. 139, IV).

5. A interpretação sistemática do ordenamento jurídico revela, todavia, que tal previsão legal não autoriza a adoção indiscriminada de qualquer medida executiva, independentemente de balizas ou meios de controle efetivos.

6. De acordo com o entendimento do STJ, as modernas regras de processo, ainda respaldadas pela busca da efetividade jurisdicional, em nenhuma circunstância poderão se distanciar dos ditames constitucionais, apenas sendo possível a implementação de comandos não discricionários ou que restrinjam direitos individuais de forma razoável. Precedente específico.

7. A adoção de meios executivos atípicos é cabível desde que, verificando-se a existência de indícios de que o devedor possua patrimônio expropriável, tais medidas sejam adotadas de modo subsidiário, por meio de decisão que contenha fundamentação adequada às especificidades da hipótese concreta, com observância do contraditório substancial e do postulado da proporcionalidade.

8. Situação concreta em que o Tribunal a quo indeferiu o pedido do recorrente de adoção de medidas executivas atípicas sob o fundamento de que não há sinais de que o devedor esteja ocultando patrimônio, mas sim de que não possui, de fato, bens aptos a serem expropriados.

9. Como essa circunstância se coaduna com o entendimento propugnado neste julgamento, é de rigor - à vista da impossibilidade de esta Corte revolver o conteúdo fático-probatório dos autos - a manutenção do aresto

# *Superior Tribunal de Justiça*

**combatido. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO"** (REsp 1.788.950/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/4/2019, DJe 26/4/2019 - grifou-se).

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Deixa-se de tratar dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), tendo em vista que o recurso especial ao qual se negou provimento é oriundo de acórdão proferido por ocasião de julgamento de agravo de instrumento, sem fixação de honorários sucumbenciais.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 19 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator